



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

ALFABETIZAÇÃO E O PAPEL DA EPJAI NA FORMAÇÃO INTEGRAL DO ESTUDANTE

LEANDRO VIANA SOUTO¹

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA/ UESB

LUCIANA BATISTA DE MATOS²

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA/ UESB

Resumo

Este trabalho é de natureza bibliográfica e documental teve como objetivo geral analisar os fatores que levam ao abandono escolar e o papel das políticas públicas na reintegração de alunos ao ensino público, a pesquisa se baseou em autores como Engels (1991), Freire (1989), Borges (2018) Dupas, (1999), Gil (2008) e Carvalho (2014), além de dados do IBGE (2020), artigo 1º do Decreto nº 12.048, de 5 de junho de 2024 e da Lei nº 10.741/2003. O estudo buscou compreender a realidade dos estudantes trabalhadores e o funcionamento da Educação de Jovens, Adultas e Idosas (EPJAI), destacando que essa modalidade e a EJA (Educação de Jovens e Adultos) possuem o mesmo propósito incluir esse público alvo no sistema de ensino e sobretudo dar a oportunidade de se desenvolver criticamente em relação ao mundo social. A pesquisa demonstrou que, para atuar no EPJAI, é necessária uma formação especializada dos educadores, devido à diversidade do público. Além disso, o estudo evidenciou a importância das políticas públicas para manter esses jovens no sistema de ensino, embora ressalte a necessidade de que tais políticas sejam mais eficazes. Por fim, constatou-se que a principal causa do abandono escolar é a inserção no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Educação. Emancipação. Políticas públicas..

Introdução

A alfabetização constitui um direito fundamental e um processo inerente ao desenvolvimento humano, com início na primeira infância sua relevância reside na contribuição para a formação integral do indivíduo, abrangendo tanto a esfera pessoal quanto a profissional.

Nesse sentido, a educação deve ser concebida de forma a promover o desenvolvimento holístico do aluno. No entanto, a disparidade no acesso à alfabetização em idade escolar apropriada nesse contexto, evidencia a necessidade imperativa de políticas públicas eficazes visando a equidade e oportunidades educacionais para todos os cidadãos.

Apesar de a Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) garantir, em seu Artigo 20, o direito à educação para as pessoas idosas, a realidade de muitos que não são alfabetizados evidencia uma contradição. A legislação assegura a educação, a cultura e o lazer, respeitando a condição peculiar da idade, no entanto, a falta de acesso a esses direitos para uma parcela significativa da



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

população idosa mostra a distância entre o que a lei promete e o que a realidade oferece.

Embora a lei os proteja, a falta de alfabetização muitas vezes impede o acesso pleno a esses direitos, já que a participação em atividades culturais e sociais e o uso de serviços básicos, podem exigir habilidades de leitura e escrita, assim, a não alfabetização cria barreiras que desafiam o que é defendido pelo Estatuto. Essa situação evidencia um paradoxo em uma sociedade que historicamente desvaloriza as classes menos favorecidas.

Segundo Dupas (1999), a educação convive com a tensão entre inclusão e exclusão se por um lado há políticas públicas que buscam democratizar o acesso à escola e garantir o direito à educação para todos por outro, ainda existem barreiras sociais, econômicas e culturais que mantêm muitos estudantes em situação de exclusão escolar, seja pela evasão, pela falta de recursos ou pela ausência de atendimento especializado.

A lógica de dominação que permeia a sociedade não se restringe à esfera individual, mas se estende por toda a estrutura social, essas perspectivas, alinhada à análise de Engels (1991, p. 193), compreende o Estado como um: "Estado de classes, especificamente, da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante".

Por meio do Estado, essa classe se torna também politicamente dominante, adquirindo novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida, portanto, o objetivo deste trabalho é analisar os fatores que levam ao abandono escolar e investigar o papel das políticas públicas no retorno tardio de alunos ao sistema de ensino público.

Metodologia

Este trabalho foi elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica, que conforme Gil (2008), se baseia em materiais já publicados, como livros e artigos científicos. Essa metodologia permitiu uma análise cuidadosa das concepções e visões de outros pesquisadores, o que contribuiu para a construção de novas perspectivas sobre o tema. Além disso, a pesquisa utilizou a pesquisa documental, recorrendo a fontes oficiais como o Decreto nº 12.048/2024 e a Lei nº 10.741/2003 conforme a abordagem de Fonseca, essa abordagem enriquece a análise com dados e documentos oficiais.

A realidade é que esse público alvo desejam ser alfabetizadas, mas enfrentam barreiras



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

significativas que as impedem de dar o primeiro passo a falta de suporte adequado é um dos principais obstáculos e essa dificuldade é acentuada pela culpa que já está enraizada na mentalidade desses indivíduos, fazendo acreditar que a responsabilidade pela sua realidade educacional é inteiramente sua.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, a principal razão para o abandono escolar entre os jovens foi a necessidade de trabalhar, esse motivo foi o mais citado em todas as regiões, com as maiores taxas no Sul (48,3%) e no Centro-Oeste (43,1%), e a menor no Nordeste (34,1%), o segundo motivo mais alegado foi a falta de interesse em estudar, com percentuais sempre acima de 25%. O Nordeste se destacou nesse quesito, com 31,5% dos jovens apontando essa razão.

A pesquisa mostra que o nosso sistema educacional acaba por marginalizar e excluir, isso demonstra a contradição de um modelo em que a educação é formalmente reconhecida como um direito universal, mas as políticas públicas falham em garantir a permanência de todos.

A promessa de igualdade educacional entra em conflito direto com as disparidades socioeconômicas, nesse contexto os estudantes de baixa renda são forçados a priorizar a subsistência em detrimento dos estudos. O resultado é o que muitos chamam de fracasso escolar, mas que na realidade é a consequência de um sistema que não consegue atender a todos de forma igualitária.

Segundo Freire (1989), a alfabetização deve ir muito além do simples domínio de códigos e escrita, ela deve promover uma leitura crítica da realidade isso significa que a partir dessa compreensão o indivíduo se reconheça como protagonista de sua própria história dessa forma, o ensino se torna um meio para a transformação pessoal e social permitindo que as pessoas interpretem o mundo ao seu redor e atuem de maneira consciente nas decisões da sociedade na qual fazem parte. O objetivo é que esses estudantes se tornem protagonistas de suas próprias vidas, compreendendo a realidade em que estão inseridos e agindo de forma mais consciente e participativa.

Figueiredo (2015), argumenta que a evasão escolar é um problema multifacetado impulsionado por uma série de fatores interligados, a questão vai além do simples abandono



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

englobando também as dificuldades de aprendizagem e a falta de preparo dos professores.

Em essência, a crítica é que o sistema de ensino não está sendo estruturado para o desenvolvimento integral do aluno. O artigo 1º do Decreto nº 12.048, de 5 de junho de 2024, institui o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, o objetivo desse pacto é fornecer apoio aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para que possam combater o analfabetismo e melhorar a qualidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Borges (2018) afirma que essa modalidade é essencial na educação uma vez que não apenas promove a dignidade dos estudantes, mas também valoriza a trajetória de vida de cada aluno. Ao reconhecer a diversidade de experiências e saberes que cada educando traz consigo, a educação busca integrar esses conhecimentos sociais e culturais ao processo de ensino, criando um ambiente de aprendizagem significativo e contextualizado essa abordagem é fundamental para garantir que os alunos se sintam respeitados e valorizados em sua singularidade, o que por sua vez contribui para seu engajamento e motivação.

A transição da sigla EJA (Educação de Jovens e Adultos) para EPJAI (Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas), ou nomenclaturas análogas, constitui um avanço significativo que materializa uma evolução conceitual no campo educacional, reforçando o sentido de inclusão e a valorização humana intrínseca à modalidade.

É imperativo reconhecer que ambas as siglas compartilham a mesma finalidade constitucional, assegurar o direito à educação básica para indivíduos que não puderam concluí-la em idade regular, frequentemente por motivos ligados à necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho. A eficácia dessa modalidade, como pontuado, depende intrinsecamente da atuação de docentes especializados, aptos a manejar a complexidade pedagógica resultante da diversidade de idades e experiências de vida presentes em sala de aula.

Em sua obra, Carvalho (2014) argumenta que a educação desempenha um papel fundamental na vida de jovens e adultos. Essa modalidade de ensino não se limita à alfabetização, mas visa também formar indivíduos com senso crítico.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Considerações Finais

Com base na análise, conclui-se que a EJA desempenha a função fundamental de reintegrar os indivíduos ao sistema de ensino. A pesquisa do IBGE evidencia que a principal causa do abandono escolar, particularmente entre os jovens, é a necessidade de inserção no mercado de trabalho.

Nesse contexto, os dados reforçam que as políticas públicas são indispensáveis para promover a inclusão desses sujeitos, nessa perspectiva o ensino depende não apenas da sua oferta, mas também da presença de docentes com formação especializada para lidar com a diversidade etária e as particularidades de aprendizagem de alunos que em muitos casos conciliam trabalho e estudo.

Referências

BORGES, Ana Clara. **Educação de jovens e adultos**: um caminho para a inclusão. 1. ed. São Paulo: Editora Y, 2018. p. 65.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 3 out. 2003.

BRASIL. Decreto nº 12.048, de 5 de junho de 2024. Institui o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2024.

CARVALHO, Maria da Conceição. **Educação de jovens e adultos**: uma proposta de alfabetização crítica. 2. ed. São Paulo: Editora X, 2014. p. 45.

DUPAS, Gilberto. **Globalização, exclusão social e governabilidade**. In: I Conferência Latino Americana e Caribenha de Ciências Sociais, Recife, 25 de novembro de 1999.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. Tradução de Leandro Konder. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A, 1991.

FIGUEIREDO, K. N. dos R. W. de A. **Evasão escolar**: um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Porto Nacional. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Nacional, 2015.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.